



RESOLUÇÃO

MAIS E MELHOR ACÇÃO SINDICAL INTEGRADA REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO – AUMENTAR A SINDICALIZAÇÃO

Nas últimas décadas, os trabalhadores têm vindo a ser confrontados com sucessivos ataques aos direitos sociais e laborais e com políticas económicas determinadas pelos interesses do grande capital, que são responsáveis pela destruição de uma parte importante do sector produtivo e pelo ataque às funções sociais do Estado e à Administração Pública, pelo aumento do desemprego e do emprego precário, pela prática de baixos salários e pelo agravamento generalizado das condições de vida e de trabalho.

Com esta política, as fabulosas fortunas dos grandes accionistas dos grupos económicos e financeiros, nacionais e estrangeiros, continuaram a crescer à custa da exploração dos trabalhadores, na razão directa do aumento da exploração, das desigualdades, da pobreza e do agravamento da situação económica do país.

Situação, que se agravou com o alastramento da crise do sistema capitalista e com a política de austeridade imposta através dos chamados PEC e do memorando das *troikas* nacional e internacional, contra os quais os trabalhadores se mobilizaram, realizando importantes lutas nos locais de trabalho e nos sectores, convergindo em grandiosas acções de protesto, a nível regional e nacional, incluindo as greves gerais.

Face à natureza e à gravidade da violenta ofensiva desencadeada pelo governo PSD/CDS, contra os direitos sociais e laborais, cujos objectivos estão consubstanciados no “acordo de agressão aos trabalhadores”, esta luta que já está em marcha, não só se vai intensificar como vai marcar os difíceis tempos que se avizinham, obrigando a um esforço redobrado de organização e de acção sindical nos locais de trabalho, para defender os direitos e conquistar melhores condições de vida e de trabalho.

Mas a luta é também fundamental, para exigir a mudança de rumo na política que está a afundar a economia do país, a hipotecar o desenvolvimento e o progresso e a pôr em causa a própria soberania nacional.

Só a ruptura com este modelo pode permitir um novo caminho para o desenvolvimento e crescimento económico e o combate às desigualdades existentes e afirmar uma sociedade de progresso com mais justiça social. Por isso, a luta pela afirmação de uma política alternativa constitui uma necessidade e uma prioridade dos trabalhadores e do povo.

Nesse sentido, o reforço da organização sindical, a todos os níveis da estrutura sindical, particularmente ao nível dos locais de trabalho, é um instrumento essencial para a acção pela melhoria das condições de vida e de trabalho e para a mobilização para a luta por objectivos comuns de todos os trabalhadores.

A situação exige uma resposta articulada e concretizada a um só tempo: **a acção sindical integrada entre a organização e a acção reivindicativa nos locais de trabalho.**

A acção sindical integrada, articulando a dinamização da acção reivindicativa na empresa (*entendendo esta como toda a acção desenvolvida pelo emprego com direitos, contra a precariedade, pelos salários, pelos direitos e por melhores condições de vida e de trabalho*) com a contratação colectiva e com o aumento da sindicalização e o reforço da organização nos locais de trabalho, é uma direcção de trabalho fundamental para dar mais força aos sindicatos e para o alargamento da sua influência e capacidade de intervenção e de mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Com a acção sindical integrada criamos melhores condições para lutar contra a política recessiva que tem como principal consequência a destruição acelerada de postos de trabalho e para dar combate aos projectos do patronato e do governo que visam a facilitação dos despedimentos, a redução das indemnizações, a diminuição do subsídio de desemprego, a flexibilização do horário de trabalho e a redução do pagamento do trabalho extraordinário, a eliminação do descanso compensatório, o roubo de 4 feriados e 3 dias de férias e a tentativa de substituir a contratação colectiva pela relação individual de trabalho, ou à exigência da “troika” de reduzir a contribuição da parte das empresas para a Segurança Social, aumentando, de novo, o IVA, para compensar essa redução, o que vai encarecer mais os preços dos bens e produtos.

A organização, a intervenção e a luta, constituem os eixos centrais da acção colectiva dos trabalhadores e das suas organizações. Por isso temos de planificar mais e melhor a acção sindical integrada, orientada para os seguintes objectivos:

1. O esclarecimento, debate e mobilização dos trabalhadores em todos os locais de trabalho, tendo como prioridades o aumento dos salários, incluindo do Salário Mínimo Nacional, o combate ao desemprego e à precariedade, a criação de novos empregos de qualidade e com direitos e a melhoria das condições de vida e de trabalho;
2. Defender o direito da contratação colectiva enquanto direito fundamental e inalienável dos trabalhadores, articulando o seu exercício efectivo com a acção reivindicativa nos locais de trabalho;
3. O reforço da organização sindical de base, com aumento da sindicalização, a eleição e renovação de mandatos de delegados sindicais e comissões sindicais, bem como a eleição de mais representantes para a Saúde e Segurança no Trabalho.

Para concretizar estes objectivos è necessário que os colectivos sindicais aos diversos níveis os assumam e se comprometam a concretiza-los, o que passa por:

- Identificar locais de trabalho estratégicos nos sectores de actividade público e privado, planificando e dinamizando a intervenção a realizar, responsabilizando quadros sindicais pela acção reivindicativa, o reforço da sindicalização e a eleição de delegados sindicais e de representantes para a saúde e segurança no trabalho, em particular responsabilizar um dirigente por acompanhar cada local de trabalho prioritário;
- Assumir como objectivos para concretizar no próximo mandato:
 - a) 100.000 novas sindicalizações;
 - b) 10.000 novos mandatos de delegados sindicais;
 - c) 1.000 novos mandatos de representantes para SST;
 - d) Rejuvenescer a organização inserindo ainda mais jovens na Organização de Base, bem como nas Comissões de Jovens e na Interjovem;



- Articular melhor o trabalho de acção reivindicativa com o da organização sindical, assegurando o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis, com especial atenção à participação, envolvimento e responsabilização de tarefas a todos os dirigentes sindicais, nomeadamente os que estão nas empresas e locais de trabalho;
- Incentivar e melhorar o trabalho colectivo, valorizando o papel de direcção e coordenação com atribuição e de tarefas e responsabilidades a todos os dirigentes e pelo uso eficiente dos meios e dos recursos existentes;
- Melhorar a formação sindical, dotando-a de módulos que vão no sentido do reforço da acção e da organização sindical nos locais de trabalho.

Os tempos que estamos a viver são de duro confronto entre o trabalho e o capital. Mas são também momentos de grandes oportunidades para vencer as batalhas que vão constituir outras alternativas rumo a outro modelo de sociedade sem exploração e mais justiça social.

Há que estimular confiança e acreditar que a organização e a luta a partir dos locais de trabalho são determinantes para alcançar os objectivos a que nos propomos.

Portugal Desenvolvido e Soberano!

Trabalho com Direitos!

Lisboa, 28 de Janeiro de 2012